

“Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”: aproximando duas abordagens para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos

"Linguistic Contextualism" and "Conceptual History": bringing two approaches to the study of political languages and concepts

Rogério Barreto Santana¹

Doutorando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
rogeriobsantana@hotmail.com

Recebido em: 14/11/2015

Aprovado em: 13/01/2016

RESUMO: A partir do final da década de 1960, a História testemunhou uma verdadeira “virada” no que diz respeito aos estudos tradicionalmente conhecidos como História das Ideias. Nesse cenário de renovação do campo da História Política, dois historiadores se destacaram - Quentin Skinner (1940-) e Reinhart Koselleck (1923-2006) - por suas respectivas abordagens de tradição anglófona e germana: “Contextualismo Linguístico” e “História Conceitual”. Não obstante as diferenças teórico-metodológicas presentes em ambos os projetos historiográficos, este artigo tem como objetivo central realizar uma análise baseada na justaposição das duas viradas discursivas: a linguística e a hermenêutica. Nossa hipótese é que tanto a primeira quanto a segunda podem ser de grande relevância para um exame que leve em consideração não apenas a linguagem política dos agentes, mas também os usos de determinados conceitos e suas transformações ao longo do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Contextualismo Linguístico, História Conceitual, Método.

ABSTRACT: From the end of 1960s onwards, History experienced a true “turn” regarding a field of study traditionally known as “History of Ideas”. In this scenery of renovation of the Political History, two historians, Quentin Skinner (1940-) and Reinhart Koselleck (1923-2006) stand out because of their respective approaches to the Anglophone and German traditions: “Linguistic Contextualism” and “Conceptual History”. Despite the theoretical and methodological differences in their historiographical projects, this article has the main aim of presenting an analysis based on two linguistic turns: the linguistic and the hermeneutic. Our hypothesis is that both may be of great importance to an investigation concerning not only the political language of the agents but also the use of specific concepts and their changes through time.

KEYWORDS: Linguistic Contextualism, Conceptual History, Methodology.

¹ Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Este artigo é fruto de uma discussão mais ampla que desenvolvo na tese de doutorado.

Introdução

Haja vista o quadro mais amplo da historiografia brasileira que, de uma forma ou de outra, faz jus a história conceitual desde o início dos anos 2000,² data de 2006 aquele que provavelmente tenha sido o primeiro grande esforço intelectual de propagação e sistematização do método no Brasil. Organizado por João Feres Júnior e Marcelo Gantus Jasmin, o livro *História dos Conceitos: debates e perspectivas*³ apresenta, entre outras coisas, a possibilidade da realização de um projeto desse volume em território nacional, além de algumas aproximações e distanciamentos entre a história conceitual e o chamado contextualismo linguístico. A propósito, tal comparação foi também o foco do artigo que os pesquisadores submeteram, um ano antes da publicação da sua obra, à Revista brasileira de Ciências Sociais:

O presente artigo discute, de forma sucinta, algumas das principais questões em torno das quais vem se dando o debate acerca do fazer história do pensamento político e social nas últimas três décadas. Importa esclarecer, comparando, limites e possibilidades teóricas e metodológicas das duas vertentes mais produtivas no campo hoje: o contextualismo linguístico de Quentin Skinner e a história dos conceitos (Begriffsgeschichte) desenvolvida por Reinhart Koselleck [grifo meu].⁴

Paralelamente a tais trabalhos, é necessário previamente dizer que esses guardaram intrínseca relação com o projeto desenvolvido pelo grupo *Iberconceitos*, que reuniu, naquele contexto, acadêmicos de nove países latino-americanos os quais, durante três anos, produziram ensaios sobre a história de dez conceitos de 1750 a 1850.⁵ O resultado dessa iniciativa coletiva veio com a publicação, já em 2007, do livro *História dos conceitos: encontros transatlânticos*.⁶ No caso específico brasileiro, a divulgação em 2009 do *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*⁷ pareceu, definitivamente, consolidar um tipo de abordagem que, atualmente, possui um conjunto expressivo de pesquisadores em diferentes programas de pós-graduação do país.

² A título de exemplo, três pesquisas de historiadores brasileiros podem ser mencionadas: ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2003; PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América espanhola (1808-1822)*. 396 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo/ FFLCH-USP, Programa de pós-graduação em História, São Paulo, 2003; e FERES JÚNIOR, João. *A history of the concept of Latin America in the US: misrecognition and social scientific discourse*. University of New York, New York, 2003.

³ FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Loyola, Editora PUC-Rio, 2006.

⁴ FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. *RBCS*, Vol. 20 n°. 57 fevereiro/2005, p. 27-38.

⁵ Ver contextualização completa em: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p.8.

⁶ FERES JÚNIOR, João; JASMIN, Marcelo Gantus (orgs.). *História dos conceitos: encontros transatlânticos*. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

⁷ FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*.

Com efeito, se, por um lado, no Brasil, há talvez uma recepção maior da história conceitual de cunho *koselleckiano*, como demonstram as pesquisas ibero-americanas que possuem, como lembramos, a participação de muitos dos nossos historiadores; por outro lado, com João Feres Júnior e Marcelo Gantus Jasmin concordamos que o método contextualista, igualmente, faz parte desse amplo movimento de renovação da história do pensamento político e social que atingiu várias nações desde o início da década de 1960.

Nesse sentido, convém advertir que a análise a seguir se detém exclusivamente à dimensão metodológica das obras de Quentin Skinner e Reinhart Koselleck.⁸ Embora os autores se notabilizem por volumosa produção no campo da história do pensamento político, não me ocuparei, aqui, dessa dimensão de seus trabalhos. Evitarei - como sugeriu Ricardo Silva no seu ensaio sobre Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo - o impulso de avaliar os métodos de Skinner e Koselleck à luz de suas realizações práticas como historiadores por considerar que qualquer obra substantiva complexa realiza, num só tempo, mais e menos do que prescreve o método que a inspirou. Seguindo o raciocínio de Silva, realiza mais porque há fatores não controlados pelas prescrições metodológicas que influenciam o resultado de uma investigação (tais como o acesso a recursos materiais e institucionais, a “sorte” na descoberta de documentos relevantes, ou características idiossincráticas, como a energia individual e a criatividade dos pesquisadores); e realiza menos, conclui ele, porque toda metodologia “exagera” em suas prescrições, sugerindo um “ideal” procedimental que jamais se efetiva integralmente.⁹

Sendo assim, nas linhas que se seguem sugerimos como hipótese uma aproximação entre esses dois enfoques para o estudo das linguagens políticas e dos conceitos. Acreditamos que um e outro se sustentam metodologicamente, podendo ser complementares em muitos sentidos, desde que ressalvados, em algum momento, as distinções entre ambos.¹⁰ Vale ressaltar que tamanha empreitada se apoia em estudos anteriores, de maior fôlego e extensão do que este.¹¹ Na verdade,

⁸ De acordo com a bibliografia mais recente, dentre as quais mencionei já algumas delas, a obra desses autores alcançou maior repercussão acadêmica em comparação com o que foi produzido pelos seus pares, além, obviamente, da declarada consistência de seus trabalhos.

⁹ Desenvolvi este parágrafo com base na metodologia empregada por: SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 299 a 335.

¹⁰ Para além de tais ressalvas, é preciso destacar o caráter metodológico da história conceitual frente à perspectiva mais abrangente da História dos Conceitos enquanto disciplina ou campo autônomo de conhecimento. Um bom levantamento das implicações teóricas e práticas dessa combinação é obtido em: FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, pp. 11-22.

¹¹ Importante e pioneiro trabalho sobre as relações existentes entre a história conceitual e o contextualismo linguístico é o de: RICHTER, Melvin. *The history of political and social concepts: a critical introduction*. New York; Oxford University Press, 1995. Uma tentativa de estabelecer uma plataforma comum entre Skinner e Koselleck é notada em: PALONEN, Kari. Quentin Skinner’s Rhetoric of conceptual change. *History of human sciences*, 10, p. 61-80, 1997.

poucos foram aqueles que se empenharam em sintetizar, em poucas páginas, as contribuições metodológicas de Skinner e Koselleck sem, contudo, perder de vista a densidade e a consistência dos ensinamentos oriundos dessa combinação. Isso é o que, rigorosamente, proponho-me fazer neste artigo.

Desenvolverei o argumento em três largas passadas: primeiro, apresentarei o método contextualista com base em um dos principais representantes da Escola de Cambridge, o historiador Quentin Skinner. Na continuação, passarei para a história conceitual de Koselleck, expondo seus aspectos fundamentais. Por fim, evidenciarei mais objetivamente as aproximações possíveis entre os métodos contextualista e conceitual, depois de tê-los digerido no decorrer da narrativa.

Contextualismo Linguístico e História Conceitual como ferramentas de análise

Por muito tempo, convencionou-se o pensamento de que a História das Ideias pouco contribuía para o desenvolvimento de uma abordagem pautada na intenção dos autores bem como no contexto das suas práticas. Tal modelo tradicional de História era geralmente apresentado pelos seus críticos como de natureza “contraproducente”, “abstrata”, “estéril” ou ainda “desencarnada” do ponto de vista dos usos sociais. Como se não bastasse, compreendia-se o estudo das ideias, sobretudo políticas, a partir de um universo uno, cuja noção de influência aparecia enquanto elemento principal das continuidades reveladas por uma história de conceitos normalmente separados das motivações e atitudes dos agentes históricos. Aproximando-se da Filosofia e da Linguística de maneira nem sempre sugestiva, preponderavam nesse tipo de interpretação formas “anacrônicas”, “descontextualizadas” e “generalizadoras” que se valiam da utilização superficial e vaga do termo ideias. Em suma, faltava uma adequação maior dos textos ao seu contexto social de produção.¹²

Sobre o assunto, ver também: *Quentin Skinner: history, politics, rhetoric*. Cambridge: Polity Press; Malden: Blackwell Pub, 2003. Já numa linha monográfica, vale recordar a pesquisa de: IHALAINEN, Pasi. *Protestant nations redefined: changing perceptions of national identity in the rhetoric of the english, dutch and swedish public churches, 1685-1772*. Leiden: Brill, 2005.

¹² Uma leitura possível da crítica francesa à tradicional História das Ideias é feita em: FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3 ed. Lisboa: Presença, 1989. Para um exemplo tradicional de história das ideias que se aproxima da crítica mencionada neste artigo, ler: LOVEJOY, Arthur. *A grande cadeia do ser: estudo da história de uma ideia*. São Paulo: Palíndromo, 2005, p. 13. Um balanço sobre o assunto “história das ideias” é realizado por: FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Foi na esteira de historiadores como John Pocock (1962),¹³ John Dunn (1968)¹⁴ e Quentin Skinner (1966; 1969)¹⁵ que, já no início da década de 1960, observou-se uma “virada” de perspectiva no modo pelo qual se concebiam a questão da linguagem, do significado dos discursos e das estratégias narrativas atentas à reconstrução do contexto. Partindo inicialmente das investidas de Peter Laslett (1956)¹⁶ contra os estilos convencionais de história das ideias políticas, esses historiadores tomaram posteriormente suas próprias direções, destacando-se frente ao pioneirismo de Laslett pelas suas formulações metodológicas mais declaradas. Em 1962, por exemplo, John Pocock chamou a atenção para a necessidade de se resgatar a história do pensamento político do domínio do tratamento exclusivamente filosófico dos textos clássicos. Esse tipo de orientação metodológica, como indicou Pocock, impossibilitava à compreensão das conexões entre pensamento e comportamento político em dado momento histórico. Tal interpretação reapareceria de forma ainda mais enfática alguns anos depois. Em artigo originalmente publicado em 1968, John Dunn insistia na necessidade de se estudar a história das ideias como uma atividade discursiva, ocorrida num contexto no qual a restringia e a capacitava, simultaneamente. Também em Quentin Skinner a afirmação da metodologia contextualista surgiria, em 1966, de par com a crítica às abordagens tradicionais.¹⁷

Sem dúvida, a emergência e consolidação do contextualismo linguístico se deveram, em grande parte, à extensa produção dos autores acima mencionados. Coube, porém, àquele último, a elaboração mais sistemática do encontro da Filosofia da História de Collingwood com o aparelho analítico da Filosofia da Linguagem ordinária.¹⁸ Ademais, como assegura Ricardo Silva,

¹³ POCOCK, John G. A. *The History of Political Thought: A Methodological Enquiry*. In: LASLETT, Peter; RUNCIMAN, W. G. (ed.). *Philosophy, Politics and Society* (second series). Oxford, Blackwell, 1962, pp. 183-202. A sistematização teórico-metodológica da obra de Pocock está disponível em português: *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁴ DUNN, John. *The Identity of the History of Ideas*. *Philosophy*. Vol. XLIII, n. 134, 1968, pp. 85-104. Embora tenha atingido menos impacto na historiografia brasileira, em comparação com as produções de Pocock e Skinner, vale lembrar outro trabalho de John Dunn que igualmente teria contribuído para a consolidação do método contextualista: *The Political Thought of John Locke: An Historical Account of the Argument of the Two Treatises of Government*. New York: Cambridge University Press, 1969.

¹⁵ Respectivamente: SKINNER, Quentin. *The Limits of Historical Explanation*. *Philosophy*. Vol. 41, 1966, pp. 199-215; *Meaning and Understanding in the History of Ideas*. *History and Theory*. Vol. 8, n. 3, 1969, pp. 3-53.

¹⁶ LASLETT, Peter. *Philosophy, Politics and Society*. Oxford, Blackwell, 1956.

¹⁷ Construí parte do parágrafo sintetizando o pensamento de: SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 2, 2010, pp. 299 a 335.

¹⁸ Em recente entrevista de julho deste ano concedida ao colaborador da Revista de História Bruno Garcia, Quentin Skinner declarou haver uma “dívida intelectual” com duas figuras especialmente importantes no mundo anglófono: Collingwood (1889-1943) e Wittgenstein (1889-1951). Quanto ao primeiro, lembrou o historiador: “*escreveu trabalhos importantes sobre metodologia na história da filosofia, especialmente nos anos 30. Na sua autobiografia, no começo dos anos 1940, ele escreveu algo muito importante, que chamou de lógica de pergunta e resposta: propunha que o conceito crucial de interpretação era o de recuperar as perguntas elaboradas pelos autores cujos textos parecem respostas. Esta me pareceu uma ideia luminosa*”. Já sobre Wittgenstein, afirmou Skinner: “*Eu era um estudante de graduação em Cambridge e ele era nosso herói. O que entendíamos que*

entre os historiadores de Cambridge Skinner foi aquele quem mais obstinadamente dedicou-se à dupla tarefa de invectivar contra as abordagens concorrentes e formalizar a metodologia contextualista. Em consequência disso, é contra ele que a maior parte dos críticos do contextualismo linguístico tem dirigido suas baterias.¹⁹ Daí reside o principal motivo de se atribuir a Skinner um lugar de destaque na reconstituição das discussões pertinentes ao assunto.

Ao que tudo indica, três artigos metodológicos constituíram o ponto de partida da vasta produção do historiador inglês, a saber: *The Limits of Historical Explanation* (1966); *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969); e *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics* (1988). Não parando por aí, a concretização de toda uma análise do autor centrada em grandes obras do pensamento político moderno emanaria entre as décadas de 1970 e 1980, com a publicação de *The Foundations of Modern Political Thought* (1978) e *Machiavelli* (1981). De nome já conhecido, a maturidade intelectual de Skinner, segundo seus críticos, só seria reconhecida nos anos 1990, quando se difundiram trabalhos como *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes* (1996), *Liberty before Liberalism* (1998) e *Visions of Politics* (2002), sendo esse último escrito em três volumes, dentre os quais o primeiro deles se destacaria pela retomada daqueles ensaios iniciais que ajudaram a conformar o seu olhar sobre a História.²⁰

Quanto a isso, Quentin Skinner vislumbrou várias possibilidades de leitura e interpretação dos textos históricos. Uma delas é situar os escritos no seu devido contexto intelectual e discursivo, atentando-se para o fato de que os atores os produziram de acordo com as motivações específicas de seu tempo. Como ficou explícito ainda na escrita da introdução do primeiro volume do *Visões da Política*, menos do que “entrar” na cabeça dos indivíduos para se valer das suas intenções – algo bastante improvável de acontecer –, caberia ao historiador das ideias, na medida do possível, a tentativa de se aproximar das “coisas à sua maneira”.

Dito de outra forma, a compreensão dos “significados” de ideias ou mesmo de conceitos passaria pelo próprio questionamento do lugar de onde essas ideias e conceitos se

Wittgenstein estava dizendo é: pare de falar sobre significados, pergunte para que os conceitos estão sendo usados, trate-os como ferramentas, pergunte para que essa ferramenta é útil. Isto também foi luminoso para mim, especialmente pela forma como era recebido por John L. Austin (1911-1960), o filósofo da linguagem. Ele deu uma explicação que acho bastante útil, chamando isso de “atos de fala”. Ver entrevista completa em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/quentin-skinner-1>. Acesso em: 14 de setembro de 2015 às 19:43.

¹⁹ SILVA. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político, p. 300.

²⁰ Todos os livros citados podem ser encontrados já traduzidos em língua portuguesa. Para mais detalhes, consultar: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999; *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999; *Visões da política: sobre os métodos históricos* (vol I). Rio de Janeiro: Difel, 2005; *Maquiavel*. Porto Alegre: Coleção L&PM Pocket, 2010.

desenvolveram. Mais do que isso, pensar sobre tais questões nos remete a um maior diálogo com os autores e os reais escopos de suas práticas sociais. Ou seja, com o argumento de que “speech is also action” - expresso ainda mais abertamente nos volumes seguintes de sua obra de talvez maior expressão do ponto de vista teórico -, Skinner validou na historiografia o pensamento de que a língua não traduz apenas um ato retórico, mas igualmente uma relação com o poder. Uma vez tomada como recurso, ela poderia moldar o “mundo” no qual os indivíduos atuaram e deram significados às suas ações políticas quase sempre conscientes.²¹

O assunto ganharia destaque em dois dos capítulos do já citado livro *Visões da Política: ‘Social meaning’ and the explanation of social action* e *Moral principles and social change*. O fato é que, seguindo a risca as reflexões trazidas pelo historiador, não haveria como negligenciar a “agência humana” no processo de mudança social, especialmente quando entendemos que os autores são de fundamental importância para uma boa compreensão das obras que pretendemos estudar.²²

Nessa lógica, definir os conceitos e a linguagem dos autores revela não só o conhecimento do seu vocabulário e das suas possibilidades de escrita, como também as variadas intencionalidades presentes nos seus respectivos trabalhos e atos discursivos. Apreender “motivos” e “intenções”, desse modo, acaba sendo a “chave” para a compreensão dos textos históricos. À medida que os motivos tratam de condições que antecedem a realização da obra, as intenções, por seu turno, respondem pelas ações evocadas a partir de fatores aparentemente externos ao que se empreendeu posteriormente na forma de discurso.²³

Adequar “motivos” e “intenções” à interpretação das narrativas históricas para a construção do contexto social e linguístico em que se inserem os textos historiográficos, portanto, dificilmente seria possível naquele quadro tradicional de História das Ideias como apresentado páginas atrás. O método contextualista, distintamente, viabiliza uma série de perspectivas não contempladas pela “história do pensamento”, como chamou a atenção Skinner no livro *Liberdade antes do Liberalismo*:

[...] os historiadores do pensamento fariam bem em se concentrar não meramente, ou mesmo principalmente, num cânone de assim chamados textos clássicos mas, preferivelmente, no lugar ocupado por esses textos em tradições e quadros mais amplos do pensamento.²⁴

²¹ SKINNER, Quentin. *Visions Of Politics: Regarding Method*. New York: Cambridge University Press, (Vol.I), pp. 1-7.

²² O assunto também foi bem discutido em: SEWELL JR, William H. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. *The American Journal of Sociology*, Vol. 98, No. 1 (Jul., 1992), pp. 1-29.

²³ SKINNER. *Visions Of Politics*, pp. 96-102.

²⁴ SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999, p. 83.

A crítica tecida por Quentin Skinner ao que denominou de “história do pensamento” remonta, talvez, aquela que se tornou a maior das suas contribuições à historiografia contemporânea. Tomando de empréstimo as considerações de Vanderlei Sebastião de Souza, em Skinner encontra-se a transformação de um “texto qualquer” em documento histórico passível de uma leitura objetiva, em que a dicotomia entre autor, texto, contexto e linguagem é suprimida em função de um “contextualismo linguístico” mais performático e sensivelmente histórico, cujas ideias são tratadas dentro das tradições intelectuais e do repertório normativo disponível numa dada sociedade ou num grupo de indivíduos. Skinner - salienta o pesquisador - restituiu o lugar do autor no processo de produção e difusão das ideias ao defender a autonomia do pensamento e invocar uma história de homens e mulheres que pensam, agem e escrevem a partir de intenções conscientes. Na concepção dele, define Souza, o sentido da história estava presente na relação do ator-escritor com a linguagem e a experiência social historicamente compartilhada, uma vez que o contexto é ele mesmo constitutivo do próprio objeto que se pretende analisar.²⁵

Se, por um lado, a História Intelectual tal qual preconizada pelo historiador da modernidade nos serve de ferramenta para a análise dos sujeitos e do seu universo discursivo traduzido como prática social, por outro lado, esse contextualismo linguístico - pelo seu foco maior nas linguagens políticas e nos indivíduos num curto espaço de tempo - parece oferecer menos elementos para uma abordagem conceitual capaz de evidenciar as mudanças que os conceitos históricos passaram ao longo do tempo.²⁶ O próprio Quentin Skinner reconheceu o julgamento sofrido há alguns anos, tanto que, numa possível tentativa de revisão do método, distinguiu o seu trabalho daquele produzido pelo historiador Reinhart Koselleck:

[...] my approach differs markedly from that of Koselleck and his associates, who have chiefly been preoccupied with the slower march of time and much less concerned than I have been with the pointillist study of sudden conceptual shifts. One reason why I have been less interested in such broader chronologies is that, in the examples I have given, the shifting vocabularies are little more than indexes or reflections of deeper transformations in social life.²⁷

Diversamente do que se poderia então esperar do método contextualista - que até certo ponto não estaria tão preocupado com uma dimensão diacrônica do processo histórico ou ainda com as alterações mais lentas das definições no tempo -, eis que surge também no final da década

²⁵ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o ‘contextualismo linguístico’ na perspectiva de Quentin Skinner. *Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 5, Ano 5, nº 4. (Out/Nov/Dez., 2008), p.19.

²⁶ Este trecho pode ser revisitado em: SANTANA, Rogério Barreto. *A História das Ideias em Perspectiva*. <http://artigo157.com.br/wp-content/uploads/2015/11/A-Hist%C3%B3ria-das-Ideias-em-Perspectiva-.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2015 às 15:51, p.5.

²⁷ SKINNER. *Visions Of Politics*, p. 180.

de 1960 a História Conceitual alemã, que, sem dúvida, foi mais bem representada pelo historiador Reinhart Koselleck (1923-2006).²⁸ Considerados o contexto político e intelectual em que ambos os métodos se originaram - especialmente no que se refere às duras críticas feitas à tradicional História das Ideias - e as proximidades epistemológicas existentes entre eles - tanto na ênfase dada à contextualização dos sujeitos quanto na premissa de que há uma relação profunda entre História e Linguagem -, a disciplina História dos Conceitos parece propor algo menos viável ao método contextualista, isto é: uma apreensão dos significados e dos usos de determinados léxicos em diferentes momentos e situações.²⁹

Tendo originalmente publicado sua tese de doutoramento em livro no ano de 1959,³⁰ Koselleck demonstrou já ali uma íntima relação com o estudo das ideias, da política e da história contemporânea e do seu tempo ao interpretar muitos dos problemas a sua volta em vistas da dinâmica interna do Iluminismo e da patogênese do mundo burguês. Combinando análises em História das Ideias e análises sociológicas das condições, procurou antes de tudo estudar os movimentos das ideias na medida em que eles permitiam explicitar seu acento político, fundando, assim, uma verdadeira teoria da história baseada no nascimento do moderno pensamento político desde o Iluminismo. Em síntese, para Koselleck:

Esta investigação concentra-se no lado político do processo. Para mostrar sua conexão com a crise que se insinuava lentamente, isto é, para dar conta da unidade da formulação dupla da nossa questão, serão indicados os pontos de partida históricos que permitam comprovar o sentido político da filosofia burguesa da história e detectar a crise latente em que incorreu e à qual sucumbiu, em primeiro lugar, o Estado absolutista.³¹

Não obstante a publicação de *Crítica e Crise*, a História dos Conceitos só ganharia efetivamente destaque na década de 1970 com o dicionário histórico dos conceitos (1972-1997) produzido em conjunto por alguns historiadores alemães, dentre os quais Koselleck estava

²⁸ Um resultado da internacionalização do projeto historiográfico de Koselleck é encontrado em: FERES JR, João; e JASMIN, Marcelo (orgs.). *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007. A obra serve de referência, em termos empíricos, para pesquisas que pretendem se valer das categorias propostas pelo historiador alemão. Dividido em ensaios escritos por pesquisadores de diferentes nacionalidades, o livro é composto por trabalhos teóricos e substantivos, que se aproximam pela utilização da história conceitual e/ou pela centralidade conferida a esse tipo de abordagem.

²⁹ A escrita deste parágrafo se deve a uma publicação anterior a esta. Ver: SANTANA, Rogério Barreto. *A História das Ideias em Perspectiva*. <http://artigo157.com.br/wp-content/uploads/2015/11/A-Hist%C3%B3ria-das-Ideias-em-Perspectiva-.pdf>. Acesso em: 19 de novembro de 2015 às 15:53, pp. 5-6.

³⁰ A tese data de 1954 e tem como título: “*Kritik und Krise: Ein Beitrag zur Pathogenese der bürgerlichen Welt*”. A edição brasileira do livro de 1959 intitula-se: KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 1999.

³¹ KOSELLECK. *Crítica e crise*, p.15.

incluso como um de seus co-organizadores.³² Retirado do segundo volume do léxico editado por Koselleck, pode-se dizer que o verbete “História” é hoje um dos principais pré-requisitos para se apreender o significado de método tão caro à historiografia nos últimos tempos.³³ Em seu rastro, vale registrar a escrita de mais três trabalhos do historiador que se tornaram incontornáveis para o desenvolvimento pleno de toda a sua abordagem sobre o tempo, a história dos conceitos, teoria da história e historiografia: *Futuro Passado* (1979); *Estratos do Tempo* (2000); e *The practice of conceptual History* (2002).³⁴

Para um exame dos aspectos metodológicos fundamentais da história conceitual que por ora nos interessa assinalar, faremos alusão a dois ensaios que desvendam algumas perspectivas para o estudo que propomos: *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, publicado no Brasil em 1992; e *Historia de los conceptos y conceptos de historia*, traduzido em 2004 para o espanhol por Javier Fernández Sebastián y Gonzalo Capellán de Miguel.³⁵

Em *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*, Koselleck lança uma primeira ideia: nem toda palavra existente em nosso léxico pode se transformar num conceito ou possuir uma história. É preciso antes de qualquer coisa, afirma o historiador, estabelecer a distinção entre conceito e palavra.³⁶ Habita aí um segundo e importante argumento do artigo: o uso dos conceitos.

Todo conceito, seguindo Koselleck, é sempre concomitantemente fato e indicador. Não sendo apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico, ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua. Nesse caso, um conceito pode se relacionar àquilo que se quer compreender, mas também assumir uma dimensão necessariamente tensa com o conteúdo. Isso porque, nas palavras dele: “considero teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da

³² Ver prefácio do livro que tece um rápido giro acerca da produção do léxico: ASSIS, Arthur Alfaix; MATA, Sérgio da. Prefácio: O conceito de história e o lugar dos *Geschichtliche Grundbegriffe* na história da história dos conceitos. In: KOSELLECK, Reinhart et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 9-34.

³³ A tradução do verbete “História” está disponível para os leitores brasileiros desde 2013 em: KOSELLECK, R (et al). *O conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

³⁴ Respectivamente: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006; *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014; *The practice of conceptual History: Timing History, Spacing Concepts*. Stanford, California: Stanford University Press, 2002.

³⁵ Nessa ordem: KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146; *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. *Ayer*, 53, 2004 (1): 27-45.

³⁶ KOSELLECK. Uma história dos conceitos, p.1.

experiência histórica”. Assim, todo conceito se articula a certo contexto sobre o qual também pode atuar, tomando-o compreensível.³⁷

Nesse ponto, em nada parecem se diferenciar a metodologia contextualista de Skinner daquela preconizada pela história conceitual de Koselleck, sobretudo quando essa última considera que um desdobramento lógico de tal procedimento exige a contextualização dos termos em unidades maiores, num conjunto de textos, por exemplo, como livros, panfletos ou manifestos, cartas, jornais, etc. O que equivale inferir, em outras palavras, que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos e contextos.³⁸

Dessa formulação Koselleck tira aquele que talvez seja um dos assuntos mais controversos de sua história conceitual: “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única”. Dito de outra forma, ele acredita que a História dos Conceitos, enquanto matéria, mostra-nos como novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos ou pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas. Em suma, da mesma palavra um novo conceito se forja, tornando-se assim único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova formulação conceitual, como também poderá se tornar dela inteligível.³⁹

O fato de possuir tamanha proximidade com o método contextualista não chega, porém, a inviabilizar a existência de uma linha divisória entre esse último e o tipo de abordagem como sugerida por Koselleck. Isso se torna bastante evidente quando o historiador alemão, diferentemente de Skinner, concentra-se num determinado tipo de investigação que assume a importância de se ater as temporalidades diversas e a necessidade de apreensão das mudanças semânticas mais lentas, malgrado o uso pragmático da língua:

Devemos partir teoricamente da possibilidade de que em cada uso pragmático da linguagem (Sprachpragmatik), que é sempre sincrônico, e relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica, indicando temporalidades diversas que não posso alterar. E aqui situa-se o ponto que pode sustentar minha defesa de uma história dos conceitos: ela pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (situative Verwendung) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua.⁴⁰

³⁷ KOSELLECK. Uma história dos conceitos, p. 3.

³⁸ _____. Uma história dos conceitos, p. 4.

³⁹ _____. Uma história dos conceitos, p. 4-7.

⁴⁰ _____. Uma história dos conceitos, p. 8.

Resumidamente: a diacronia está contida na sincronia. Todos os conceitos têm vários níveis de profundidade diacrônica e arrasta consigo uma grande carga de experiências acumuladas ao longo do tempo.⁴¹

Enquanto no ensaio que acabamos de comentar Koselleck passou tangencialmente pelos problemas de ordem metodológica, não seria o que o historiador faria ao escrever posteriormente *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. Nele, o pesquisador formula uma questão que garante ser a chave para a História dos Conceitos: “¿cuál es la naturaleza de la relación temporal entre conceptos y situaciones o circunstancias?”. Que pôde ser então por ele assim respondida: [...] “cualquier cosa que pueda y deba ser conceptualizada se encuentra fuera de los conceptos”.⁴² Ao analisar a mudança recíproca dos conceitos e das circunstâncias, Koselleck cita o historiador Heiner Schultz, para quem:

1. El significado de la palabra, así como el de las circunstancias aprehendidas en ella permanecen sincrónica y diacrónicamente constantes.
2. El significado de la palabra permanece constante, pero las circunstancias cambian, distanciándose del antiguo significado. La realidad así transformada debe ser nuevamente conceptualizada.
3. El significado de la palabra cambia, pero la realidad previamente aprehendida por ella permanece constante. Por lo tanto, la semántica debe encontrar una nueva forma de expresión con el fin de ajustarse de nuevo fielmente a dicha realidad.
4. Las circunstancias y el significado de las palabras se desarrollan separadamente, cada una por su lado, de manera que la correspondencia inicial no puede mantenerse por más tiempo. Sólo a través de los métodos de la historia conceptual es posible entonces reconstruir qué realidades solían corresponderse con qué conceptos.⁴³

Ao acomodar essas quatro possibilidades de transformação, Koselleck nos permite chegar a uma primeira conclusão do seu raciocínio: o significado e o uso de uma palavra jamais estabelecem uma relação de correspondência exata com a realidade. Ambos, conceito e realidade, de acordo com ele, têm suas próprias histórias que se modificam de diversas maneiras e ritmos, ainda que relacionados entre si. Isso pode ocorrer, igualmente, quando se trata da nossa capacidade de conceituação da realidade, assim como a própria realidade conceituada pode também se apresentar de forma variada e distinta daquela inicialmente observada.⁴⁴ Uma segunda e talvez definitiva advertência, assim, não deixa de estar atrelada àquela primeira: cada conceito

⁴¹ A ideia contida neste parágrafo é encontrada em: KOSELLECK, Reinhart. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. *Ayer*, 53, 2004 (1): 27-45, p. 36.

⁴² KOSELLECK, Reinhart. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*. *Ayer*, 53, 2004 (1): 27-45, p. 30.

⁴³ _____. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*, p. 31.

⁴⁴ _____. *Historia de los conceptos y conceptos de historia*, p. 36.

contém vários estratos profundos provenientes de significados passados, guardando um potencial dinâmico e de mudança dentro da linguagem.⁴⁵

Ao renunciar à ideia de uma história linguisticamente determinada, problematizaria Koselleck em importante livro: “o que a história da palavra, do conceito e da matéria nos revela sobre aquilo que era designado e experimentado com o termo (...)?”⁴⁶ Confrontando pergunta de tamanha complexidade em seu *Estratos do Tempo*, o pesquisador alemão nos levou a algumas direções. Podemos então completar com Julio Benvivoglio que a virtude maior do historiador, nesse sentido, foi a de atentar para a historicidade dos conceitos e do pensamento sócio-político, valorizando o caráter formativo e pragmático da constituição e do uso das ideias na História. Além disso, ao demonstrar que um conceito não é inalterável, não é um centro fixo e estável, conseguiu validar positivamente o pensamento de que os conceitos devem ser entendidos como um objeto imerso na temporalidade e na linguagem.⁴⁷

Conclusão

O caro leitor pode agora, e com toda a razão, questionar-se: como articular os dois projetos historiográficos examinados ao longo deste artigo com o uso das fontes?

Como justifiquei no início, meu intuito principal não consistiu em desenvolver o argumento com base num objeto de pesquisa específico, tampouco corroborar com o emprego das metodologias contextualista e conceitual tendo em vista um recorte empírico em particular, proposta sem dúvida atraente, mas que demandaria outro espaço para discuti-la. Quanto a isso, boa parte da bibliografia mencionada neste ensaio, seja no seu corpo ou em notas de rodapé, atesta a recepção e o uso de tais metodologias observando-se o seu caráter mais pragmático.⁴⁸

⁴⁵ KOSELLECK. Historia de los conceptos y conceptos de historia, p. 37-38.

⁴⁶ _____. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014, p. 233.

⁴⁷ BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, vol. 24, 2010, p. 114-134. ISSN: 1517-2120, pp.115-128.

⁴⁸ A esse propósito, em 2014 finalizei dissertação de mestrado que também se valeu do arcabouço teórico-metodológico dispensado por Quentin Skinner e Reinhart Koselleck para uma compreensão da linguagem política e da comparação histórica realizada por Perdígão Malheiro (1824-1881) no contexto de crítica e conformação da crise da escravidão no país. Os resultados na ocasião foram satisfatórios, sobretudo no que se refere a uma reflexão acerca de como experiências históricas da Modernidade relacionavam-se com determinadas retomadas e superações do passado, e como isso transparece na historiografia. A dificuldade de analisar diacronicamente as linguagens políticas de Perdígão Malheiro, bem como a comparação histórica por ele empregada em diversos momentos de sua trajetória, levaram-me a trabalhar, sobretudo, com duas categorias propostas pela História Conceitual de Koselleck, categorias essas que ampliaram o meu foco para além da abordagem contextualista até então estudada, a saber: “*experiência*” e “*expectativa*”. Se subtraída a aproximação entre as duas metodologias, ou ainda, sem o devido olhar de complementaridade entre ambas, talvez a pesquisa tivesse tomado contornos diferentes, por sua vez menos desejados no momento. Consultar dissertação em: SANTANA, Rogério Barreto. *Perdígão Malheiro e a comparação histórica na crise da escravidão, 1863-1871*. 161f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-

Com efeito, o livro *História dos conceitos: debates e perspectivas*, citado ainda na introdução, contém um documento importante e muito informativo do encontro entre a Escola de Cambridge e a História Conceitual.⁴⁹ O dicionário político e social do mundo ibero-americano, dirigido pelo renomado historiador Javier Fernández Sebastián (para quem, no seu trabalho híbrido, muitas vezes é imprescindível a aproximação entre as duas escolas complementares: a linguística e a hermenêutica), expressa interesse semelhante.⁵⁰

Certamente, arriscar-se a esse tipo de apropriação, como alertamos, exige um nível distinto de aperfeiçoamento, algo que as investigações ricamente têm demonstrado há cerca de duas décadas e meia dentro e fora do Brasil. Essas problemáticas, portanto, devem ser respeitadas e cuidadosamente assumidas e examinadas. Uma vez então deflagrado o menor empenho deste texto em apresentar resultados concretos originários da efetiva aplicação do contextualismo linguístico e da história conceitual, o que nos restaria relatar antes de assentar um ponto final à discussão?

Evidenciarei, sistematicamente, alguns dos pontos analisados neste artigo que envolvem as aproximações sugeridas no título deste trabalho. Nesse sentido, do contextualismo linguístico a história conceitual legou: 1 – o conselho de se estabelecer o pertencimento de um determinado conceito a linguagens políticas do seu tempo, que é caracteristicamente uma preocupação de Pocock; 2 – a identificação das redescritões retóricas, à maneira como Skinner as definiu; e 3 – a preocupação em identificar os casos em que o significado do conceito se torna objeto de disputa. Já da história conceitual, o contextualismo linguístico poderia incorporar: 4 – a noção de pluralidade dos tempos históricos; e 5 – a perspectiva diacrônica dos documentos. Ademais, ambas as metodologias compartilham em comum: 6 – o desenvolvimento de uma teoria da modernidade e do político; 7 – uma história da recepção; por fim, 8 – um movimento de abertura em relação às fontes: autores menores (apesar de, ironicamente, Skinner e Koselleck privilegiarem os nomes clássicos), livros desconhecidos, panfletos, textos jurídicos, etc.⁵¹

Graduação em História Social, São Paulo, 2014. O texto completo pode ser acessado em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19012015-190903/pt-br.php>.

⁴⁹ Comentário semelhante é observado em: FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, p.22.

⁵⁰ SEBASTIÁN, Javier Fernández. El mundo atlántico como laboratorio conceptual (1750-1850). Bases para un *Diccionario histórico del lenguaje político y social en Iberoamérica*. (Resumen del proyecto de investigación Iberconceptos). Disponível em: <https://rodrigomoreno.files.wordpress.com/2015/08/diccionario-politico-y-social-del-mundo-iberoamericano-1750-1850.pdf>. Acesso em 30 de dezembro de 2015 às 16:26.

⁵¹ Sintetizei, neste parágrafo, uma discussão presente em: FERES JÚNIOR. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*, pp. 13-21.

Tais aproximações indicam, como visto, possibilidades de ganhos heurísticos para o estudo conjunto das linguagens políticas e dos conceitos que ainda não atingiram sua capacidade máxima de compreensão nos estudos acadêmicos, sobretudo na disciplina de História. Embora se identifique a existência de bons frutos, a semente foi plantada em terreno fértil para que novas e promissoras colheitas possam acontecer. Pensando nisso, espero ter contribuído com este breve texto.